

I

Prólogo



I. Prólogo

Em nome das Juízas e Juízes que constituímos a Corte Interamericana de Direitos Humanos, bem como de sua Secretaria, tenho a honra de apresentar o Relatório Anual correspondente ao ano de 2023. Esse relatório destaca as tarefas mais significativas realizadas pela Corte durante o ano, além dos desdobramentos jurisprudenciais mais relevantes em matéria de direitos humanos.

Este é o último Relatório Anual que apresento na qualidade de Presidente da Corte; ele reflete o árduo trabalho realizado pelas Juízas e Juízes bem como de sua Secretaria, e da política que impulsionei de ser um Tribunal de portas abertas para todas as pessoas.

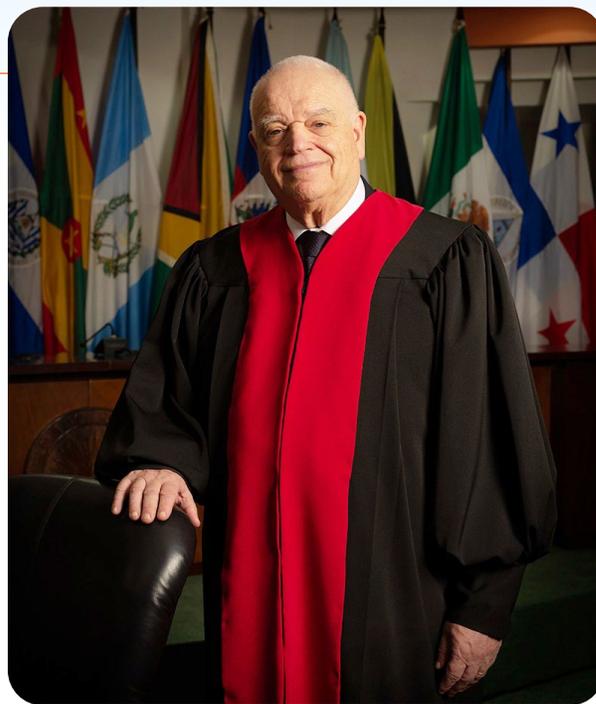
Entrego meu cargo à Juíza Nancy Hernández López, que, juntamente com o Juiz Rodrigo Mudrovitsch, como Vice-Presidente, iniciará seu mandato em primeiro de janeiro de 2024. Estou certo de que ambos exercerão marcada liderança em momentos tão decisivos para os direitos humanos.

Em relação às atividades da Corte, em 2023 foram realizados nove períodos ordinários de sessões, combinando a modalidade híbrida e presencial, correspondentes a 22 semanas no ano. Também foi realizada um período extraordinário de sessões. A Corte realizou dois períodos de sessões fora de sua sede, no Chile e na Colômbia. Que os países permitam a realização de períodos de sessões em seus territórios mostra seu compromisso com o Sistema Interamericano e a defesa dos direitos humanos.

Durante o ano de 2023, a Corte emitiu um total de 33 Sentenças, inclusive 26 sentenças sobre exceções preliminares, mérito, reparações e custas, e sete sentenças sobre interpretação, sendo este o ano em que foi emitido o maior número de sentenças de mérito. Foram também emitidas resoluções de medidas provisórias e 58 resoluções de supervisão de cumprimento de sentença. Foram realizadas 24 audiências públicas de casos contenciosos, uma diligência probatória sobre um caso contencioso e uma audiência a respeito de um parecer consultivo. Foram realizadas três visitas in situ (Honduras, Chile e Brasil), que permitiram conhecer diretamente a situação em que se encontram diversos casos ou medidas provisórias perante a Corte.

No ano de 2023, foram apresentados 34 casos e dois pareceres consultivos. Gostaria de destacar os pareceres consultivos, pela dimensão e importância que revestem nas discussões hemisféricas, os quais versam sobre mudança climática e direito ao cuidado. A isso se acresce que foram realizadas em 2023 as audiências públicas vinculadas ao pedido de parecer consultivo apresentado pelo Estado do México sobre as atividades das empresas privadas de armas e seus efeitos nos direitos humanos.

Mediante as sentenças de mérito, a Corte abordou temas como o papel das empresas na proteção dos direitos humanos, o direito ao meio ambiente e à equidade intergeracional, o direito à saúde, a liberdade de expressão, a violência de gênero, as garantias do devido processo, o alcance e o uso da prisão preventiva, o prazo razoável em casos de adoção, guarda e custódia de crianças e adolescentes; as limitações das atividades de inteligência com base no alcance dos direitos humanos, o direito à autodeterminação informativa, os direitos de reunião e circulação em contextos de protesto social, a obrigação de delimitar, demarcar e conceder títulos de propriedade coletiva sobre os territórios das comunidades indígenas e tribais, o direito ao meio ambiente sadio e diversas medidas de reparação integral.



Juiz Ricardo C. Pérez Manrique
Presidente da Corte IDH

No ano de 2023, a Corte organizou em sua sede um diálogo com o Tribunal Europeu de Direitos Humanos e a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Nesse encontro foram abordados temas como o direito a um meio ambiente sadio, mudança do clima, independência judicial e Estado de Direito. Do mesmo modo, a sede abrigou o encontro de tribunais, cortes e salas constitucionais da região.

A Corte impulsionou a criação do Centro de Formação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ao longo de 2023, foram realizados 23 processos de formação presenciais, híbridos e virtuais sobre diferentes temas vinculados à jurisdição da Corte, oito processos formativos em cinco Estados Partes e 14 capacitações virtuais, e foram elaborados 28 cursos autoformativos. Esses projetos permitiram a capacitação da sociedade civil e de autoridades governamentais da região.

Por outro lado, foi criado o canal de televisão da Corte, denominado Corte IDH TV. Esse espaço constitui uma esfera de difusão audiovisual que permite compartilhar informação a respeito do trabalho do Tribunal, sua jurisprudência e audiências públicas. Também integra um espaço de educação em direitos humanos por meio de uma linguagem audiovisual. Esse canal está disponível online de forma permanente, nas modalidades *streaming* e *on demand*, e, por sua vez, divide sua programação com os canais de televisão dos Poderes Judiciários da região.

A Corte aprovou ainda um Protocolo para a Atenção de Vítimas. Graças a esse Protocolo, quando o entenda necessário, uma suposta vítima pode contar com adequada atenção psicológica e acompanhamento durante seu comparecimento perante a Corte.

Ao concluir meu mandato como Presidente da Corte Interamericana, gostaria de agradecer a confiança em mim depositada para dirigir o Tribunal no período 2022-2023, especialmente aos Juízes Humberto Antonio Sierra Porto e Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, que foram vice-presidentes em 2022 e 2023, respectivamente. Continuarei comprometido com a promoção e proteção dos direitos humanos como parte da constituição de Juízes e Juízas do Tribunal.

Ricardo C. Pérez Manrique

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos
Dezembro 2023

